

# Jovens Agricultores

REVISTA TRIMESTRAL #81

JAN|FEV|MAR| 2010 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal



5 60 3 5 0 0 6 9 9 7

PROMOVER A INOVAÇÃO  
NO SECTOR AGRÍCOLA



## DOSSIER 4

Inovar na Agricultura “Vamos Vencer o Mito”  
Hugo Cortes

Inovação e Competitividade nos Sectores Agrícola e Agro-Industrial  
Luís Mira da Silva | Cristina Mota Capitão

Inovação em Prática: Uma Questão de Futuro!  
Pedro Miguel Santos

A Agricultura com Esperança nos Jovens e na Inovação  
Carla Barros

## AGROTECNOLOGIA 12

Inovação Web 2.0  
Miguel de Castro Neto

## SER JOVEM AGRICULTOR 14

Na Vitivinicultura  
Catarina Vieira

## REFERÊNCIAS DO MUNDO RURAL 16

Racoop - Cooperativa Agrícola de Rações, CRL  
António Ribeiro

## OPERAÇÕES CULTURAIS 18

Poda de Inverno  
Mónica Gertrudes

## ASSOCIATIVISMO 20

Para quando uma Via Verde para os Jovens Agricultores?

AJAP Presta Novo Serviço aos Agricultores

Medidas Agro-Ambientais – Apoios Específicos

## AJAP NA EUROPA 22

Jovens Agricultores Europeus e a PAC após 2013

## PUBLICIDADE 24

## BREVES 25

Produtos Biológicos com Lógotipo Europeu

2010 – Ano Internacional da Biodiversidade

Nova Coordenação Para a Rede Rural Nacional – RRN

## LEGISLAÇÃO 26

## PUBLICIDADE 27

## GABINETES DE APOIO AO JOVEM AGRICULTOR 28



## INOVAR NA ACTIVIDADE AGRÍCOLA

Firmino Cordeiro | **Presidente da AJAP**



Atendendo às especificidades do sector agrícola importa clarificar e perceber qual o grau de apreço e valorização que o país através do governo confere à actividade agrícola.

Desse reconhecimento e aceitação sairá o combate político interno e externo suficientemente forte e activo de forma a criar o melhor quadro estratégico possível de medidas de apoio, incentivo e de investimento ao dispor dos diferentes agentes (agricultores, empresas, organizações) aos quais podemos associar o próprio Ministério da Agricultura.

Outro aspecto de particular importância consiste na valorização da produção nacional, cultura a cultura, produto a produto, região a região, numa óptica de assegurar o mais possível o auto-abastecimento da nossa população. Com isto não estou contra as leis de mercado, parece-me até perfeitamente possível defender a produção nacional mesmo na condição de membros de pleno direito da UE e cada vez mais à escala mundial.

É apenas uma questão de vontade e de opção política.

Os agricultores e os que pretendem sê-lo, se conscientes de uma aposta clara no sector, através de factos e acções assumidas e levadas à prática pelos políticos responsáveis, de forma constante ao longo do tempo, são evidentemente encorajados, assumindo uma atitude para investir, melhorar, inovar e progredir.

Estes são os sinais que o mundo agrícola e rural necessita, basta de "reality shows" que por vezes caracterizam as notícias que diariamente invadem os lares portugueses, assim não crescemos, assim não inovamos, assim perdemos competitividade, reconhecimento internacional, com a agravante de desaproveitar recursos físicos e humanos principalmente nas zonas rurais.

As medidas de apoio e incentivo à actividade agrícola têm de integrar na sua concepção e operacionalização como prioridade das prioridades a instalação de Jovens Agricultores e Jovens Empresários Rurais, a par de prever o acompanhamento desses mesmos jovens nos primeiros anos de actividade. Neste caso particular a nossa realidade é a mais negra no contexto europeu, esperamos que a postura do actual Ministro da Agricultura resulte numa mudança de paradigma, num virar de página na forma como o actual e os sucessivos governos de Portugal encaram a agricultura, os agricultores e as organizações de agricultores.

Hoje a AJAP enquanto organização de agricultores convicta da necessidade de mudança e inovação a introduzir nas explorações e empresas agrícolas, está também a mudar numa óptica de estar cada vez mais próxima dos agricultores e de conseguir responder aos seus problemas e desejos, tarefa árdua é certo com poucos recursos mas possível porque continuamos a acreditar nos Jovens Agricultores e nos Agricultores Portugueses.

### Ficha Técnica

**Propriedade, Redacção e Edição** AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal  
Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa | Tel: 213 244 970 | Fax: 213 431 490

**Director** Firmino Cordeiro

**Coordenação** Departamento de Comunicação **Redacção** Departamento Técnico

**Secretariado** Olga Leitão **Departamento Comercial** Olga Sereno

**Paginação** AJAP | Miguel Inácio **Impressão** Gazela, Artes Gráficas, Lda.

**Depósito Legal** nº 78606/94 **Registo de Título** nº 116714 **Tiragem** 10 000 Exemplares

**Periodicidade** Trimestral **E-mail** ajap@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

**Distribuição** Gratuita

Com o apoio



Instituto Português da Juventude, I.P.  
juventude.gov.pt



## INOVAR NA AGRICULTURA “VAMOS VENCER O MITO”

Hugo Cortes | Director Geral da Sabores do Campo, Lda

É um tema que cada vez mais está na ordem do dia. Temos a perfeita consciência que está tudo inventado, mas será que está realmente? E se está, porque não colocamos em prática essas invenções?

Esta temática poderá levar-nos a diversas reflexões em diferentes direcções. Começemos pela produção, importa referir, mais uma vez, que dinamizar a inovação no sector agrícola só será possível quando houver uma política concreta de rejuvenescimento dos agricultores e da agricultura nacional, os mais jovens estão abertos a novas culturas, a novas ideias e a novas forma de **Inovar**. Este é de facto o primeiro pilar para a inovação da nossa agricultura.

Insisto neste tema, porque a definição e a operacionalização de uma estratégia tem de passar pela resolução do problema que está na sua génese.

**Inovar** neste sector passa pelo incremento da qualidade, pela criação de novos produtos, pela criação de marcas e pelo marketing e promoção das mesmas.

Podemos identificar mercados alvo em alguns países, mas se estruturalmente continuamos sem conseguir dar resposta ao nível da qualidade e quantidade pretendida, de que nos vale esse esforço?

Se não conseguimos dar resposta em tempo útil às encomendas, se continuamos a não usar o email para reduzir

custos administrativos e facilitar a comunicação, se para comunicar noutras línguas ainda é preciso mandar um fax para o escritório do filho do sobrinho que não está naquele dia, de que adianta querer exportar quando não se tem uma página na Internet em inglês ou catálogos no formato adequado?

De que adianta ir para uma feira, em países onde não se fala português, quando o representante não fala outras línguas? De facto assim é complicado inovar quando estruturalmente temos estes estrangulamentos.

Todos estes exemplos não são para desistir já, relembro que existem neste momento diversas empresas que podem prestar este apoio na internacionalização, é preciso **Inovar** procurando-as.

Já mostrámos ter condições para produzir em fileiras onde poderemos ser competitivos, o sector vitivinícola, o sector olivícola, as hortofrutícolas, os frutos secos, etc.

**Inovar** passa por olhar para os bons exemplos dos vizinhos e em vez de invejá-los juntarem-se a eles, por forma a ganhar escala e capacidade para concorrer no mercado.



Durante muitos anos os produtores preocuparam-se em produzir sem qualquer estudo prévio e sem qualquer preocupação pela criação de uma marca.

O sector dos têxteis é um exemplo que ilustra isso mesmo, durante anos não se preocuparam em fazer marcas, preocuparam-se isso sim em produzir e fornecer o mais barato possível para as grandes marcas internacionais. Logo que a China e outros países com mão-de-obra mais barata conseguiram colocar os produtos na Europa, foi vê-los colher aquilo que semearam...

**Inovar** é entender isto e agir para que o mesmo não aconteça com as suas produções.



O sector dos vinhos é um dos que mais tem evoluído, porque se organizou. Não foi um processo fácil, mas mais uma vez os produtores uniram-se e os resultados estão à vista. Neste momento é uma das fileiras mais reconhecidas internacionalmente e que rapidamente se transformou numa das mais competitivas do sector agrícola. Existem vários exemplos de como Inovar nesta fileira que tenho acompanhado e que passo a descrever:

As 6 cooperativas de vinhos do Alentejo juntaram-se para poderem combater no mercado externo.

Produtores de diferentes regiões unem-se com o objectivo de penetrarem nos mercados internacionais.

Pequenos produtores da mesma região começam a juntar-se para promoverem os seus produtos aproveitando o "chapéu" da região onde se inserem ou outro.

Empresas de diferentes ramos que escolhem 5 tipos de produtos por exemplo: vinho, azeite, queijos, enchidos e mel conseguindo desta forma sinergias na promoção.

Se me perguntarem, todos estes casos são de sucesso garantido e aplicáveis noutras fileiras? Logicamente que o sucesso apenas se consegue com um trabalho rigoroso, mas são óptimos exemplos de como **Inovar** e uma rápida resposta às exigências do mercado.

As Cooperativas de Azeite são um grave problema, não inovaram, tal e qual como os têxteis preocuparam-se em produzir para depois vender aos seus associados e a granel aos grandes grupos do sector.

O que é que isso provocou? Assim que estes grupos começaram a poder comprar de forma mais fácil e a preços bem mais atractivos no norte de África, Espanha ou Itália os



preços caíram e muitas cooperativas tiveram e algumas ainda terão de fechar. Não está em causa a qualidade dos nossos azeites, está em causa infelizmente, a falta de organização do sector cooperativo desta fileira.

**Inovar** significa cada vez mais fechar o ciclo e as cooperativas que recebem as colheitas dos seus cooperantes, vendem os factores de produção mas nunca fecharam o ciclo e é altura de o fazerem.

**Inovar** para estes significa munirem-se de consultores/pessoal especializado para irem para os mercados vender as suas produções.

**Inovar** neste campo é, mais uma vez, fechar o ciclo, sem estar dependente de monopólios.

Esta crise e os efeitos colaterais que se fizeram e ainda fazem sentir no nosso sector são o resultado da falta de estratégia, e da excessiva dependência dos monopólios por isso vamos **Inovar** ... fechando o ciclo.



## INOVAÇÃO E COMPETIVIDADE NOS SECTORES AGRÍCOLA E AGRO-INDUSTRIAL

Luís Mira da Silva | Instituto Superior de Agronomia / INOVISA  
Cristina Mota Capitão | INOVISA

Sendo a inovação um sinónimo de mudança e estando o conceito associado a diferentes cenários e realidades, por vezes muito distintas, existe a necessidade de definir e sistematizar as diversas formas que a inovação pode tomar. Na bibliografia é recorrente, com eventuais variações de forma, a apresentação de quatro tipos de inovação – *the '4Ps' of innovation*:

**product innovation:** alterações nos produtos ou serviços que uma empresa oferece;

**process innovation:** alterações na maneira como os produtos ou serviços são criados e/ou distribuídos;

**position innovation:** alterações no contexto em que os produtos ou serviços são colocados no mercado;

**paradigm innovation:** alterações nos modelos subjacentes à estrutura organizacional das empresas (também conhecida como “inovação organizacional”).

Importa referir que muitas vezes a barreira entre um tipo e outro de inovação não é nítida, constatando-se que a inovação poderá estar associada, por exemplo, a um produto e, ao mesmo tempo, a um processo. Na realidade, na maior parte dos casos a inovação exige este tipo de integração e por isso se torna ainda mais complexa e difícil de implementar. Veja-se, por exemplo, o caso dos produtos designados como sendo de “quarta gama” (como as saladas frescas e lavadas prontas a consumir) que, sendo teoricamente uma inovação de produto, exigiram alterações substanciais ao nível dos processos (desinfecção, higienização, ...), do posicionamento no mercado (logística de frio e reduzidos prazos de validade) e mesmo organizacionais (sistemas exigentes de qualidade e segurança alimentar).

Para além dos diferentes tipos de inovação referidos, é importante identificar o nível de novidade envolvido quando se produz uma inovação. De facto, podem existir diferentes níveis de novidade, desde as inovações pequenas ou incrementais até às inovações radicais (ou disruptivas), os

quais podem ter consequências muito distintas na forma como transformam a maneira como agimos e o que fazemos. Por vezes, estas alterações são reduzidas e específicas para um determinado sector de actividade. Noutros casos, as alterações são tão abrangentes e radicais que alteram por completo o quotidiano das sociedades. Pense-se, por exemplo, no impacto - ao nível da produção, da transformação e dos consumidores - que deve ter tido a introdução da pasteurização como tecnologia de conservação de alimentos.

No espaço que existe entre as pequenas alterações de um produto ou serviço e as inovações mais radicais existe todo um leque de fronteiras indefinidas, em muitos casos de inovações que requerem a integração de vários sectores de actividade ou ao longo de toda uma fileira. Não obstante, por norma, as inovações mais frequentes são as incrementais, que implicam alterações e actualizações de produtos e serviços já existentes. De facto, os ‘novos’ produtos e serviços raramente são ‘novos para o mundo’, isto é, inovações radicais, sendo a percentagem destas inovações radicais muito reduzida relativamente a todas as inovações produzidas.

As inovações incrementais deverão, assim, requerer especial atenção, uma vez que o ganho acumulado para uma empresa, devido ao melhoramento contínuo de um produto ou serviço, é geralmente superior ao ganho potencial alcançado aquando da ocorrência rara de uma inovação radical. A aprendizagem continuada e a resolução sistemática de problemas podem, de facto, trazer muitas vantagens para o conhecimento intrínseco que uma empresa detém sobre um determinado processo/produto/serviço, reflectindo-se na sua produtividade e sustentabilidade. É este conhecimento e esta experiência que permitem a algumas empresas irem melhorando o que fazem de forma gradual (i.e. incremental), mantendo sempre a sua capacidade competitiva.

A introdução de inovações radicais, em que ocorrem alterações tecnológicas ou processuais drásticas, pode criar grandes oportunidades, mas pode também dar origem a grandes ameaças. Neste cenário, não basta ser-se uma empresa bem estabelecida, com nome no mercado e com muitos anos de experiência. É necessário estar-se preparado e aberto a grandes alterações. É por esta razão que quem inicia a sua actividade com novas soluções e modelos organizacionais



substancialmente diferentes pode ganhar vantagens competitivas em relação a quem já está no mercado. De facto, é muitas vezes difícil às empresas já estabelecidas lidarem com este tipo de alterações radicais, uma vez que estão empenhadas num determinado objectivo e paradigma resistente à mudança. As inovações radicais tendem, assim, a ser introduzidas por empresas mais pequenas e flexíveis (o que não quer dizer que não acabem por ser de alguma forma adquiridas, ou adoptadas, pelas grandes empresas).

Na fileira agro-alimentar estas questões são muito importantes porque, em geral, o nível de inovação é elevado, o que se deve a contextos estruturais diversos, como as recorrentes alterações legislativas (por exemplo, ao nível da rotulagem ou da segurança alimentar), das políticas agrícolas (mudanças nos apoios e subsídios ao sector) ou simplesmente das exigências dos consumidores ou alterações dos hábitos de consumo. Estas alterações de contexto criam geralmente sérios problemas a quem já está instalado no mercado, dado que as alterações tendem a ser mais difíceis quando as empresas são maiores, mais conservadoras e mais resistentes à mudança. No entanto, e como bem sabe quem tem prática de inovar, cada problema constitui uma oportunidade e quanto maior for o problema, maior será a oportunidade.

Quando se trata de inovação, ser pequeno raramente é uma desvantagem. No sector agrícola e agro-industrial em Portugal existem inúmeras empresas de sucesso que surgiram e cresceram nas últimas décadas porque souberam analisar (e antever) contextos e transformar problemas em oportunidades. Independentemente do tipo de inovação que contribuiu para o sucesso e da forma como surgiu, uma coisa é certa, a inovação não surge por sorte e uma empresa não alcança o sucesso por acaso. Para que a inovação aconteça e seja o motor do desenvolvimento e competitividade de uma empresa, é necessária uma atitude constante neste sentido, definir estratégias e focar actividades com este objectivo em mente e ter a capacidade de promover a mudança e de assumir riscos. É isto que muitas empresas do sector têm feito e muitas mais deverão fazer, de forma a tornar a agricultura e a produção agro-industrial em Portugal mais competitiva a nível internacional.

Importa referir que muitas vezes a barreira entre um tipo e outro de inovação não é nítida, constatando-se que a inovação poderá estar associada, por exemplo, a um produto e, ao mesmo tempo, a um processo.



## INOVAÇÃO EM PRÁTICA: UMA QUESTÃO DE FUTURO!

Pedro Miguel Santos | Director Geral da CONSULAI

A temática da inovação é um assunto abordado diariamente por agentes económicos e políticos assumindo claramente um carácter estratégico em Portugal. A inovação está na moda. Mas afinal o que é inovação? Segundo o EUROSTAT, uma inovação é a implementação de um novo, ou significativamente melhorado, produto (bem ou serviço) ou processo, de um novo método de marketing ou de um novo método organizacional nas práticas empresariais e das organizações.

O requisito mínimo é que seja “novo ou significativamente melhorado”, mas sem esquecer que tem de ser “implementado”. E um produto (ou processo) novo ou melhorado só é “implementado” quando é introduzido no mercado.

Ou seja, precisamos de *inputs* (científicos, tecnológicos, organizacionais e financeiros) para obter *outputs* (produtos ou processos). E aqui reside muitas vezes a diferença entre o discurso da inovação e a sua aplicação prática. Os discursos baseiam-se nos *inputs*: novos contratos de investigadores ou doutorados, investimento em projectos de I&D, ou número de patentes registadas. A aplicação prática da inovação centra-se nos *outputs*: número de projectos que chega ao mercado, novas empresas criadas, volume de facturação dessas empresas e o número (e o nível salarial) dos empregos criados.

No caso do sector agro-alimentar, em que a transformação e a distribuição estão intimamente ligadas e integradas, os consumidores tornam-se essenciais para promover o “ciclo da inovação” e o conseqüente aparecimento de novos produtos.

Este é um elemento essencial de competitividade entre as empresas do sector agro-alimentar, sendo o sucesso da gestão do desenvolvimento de novos produtos a chave do desempenho empresarial.

Se a empresa não tem competências internas que lhe permitam ter um “ciclo de inovação” compatível com as necessidades deve recorrer a apoio externo que garanta o acompanhamento total e integral dos projectos. Este é um modelo de parceria que a Consulai estabelece com muitos dos seus clientes, apoiando desde o diagnóstico inicial até à criação do negócio/colocação do produto no mercado, garantindo que, após o arranque do negócio, seja assegurada

a monitorização e o cumprimento dos objectivos inicialmente estabelecidos.

Ao longo dos últimos anos, muitos dos nossos clientes têm vindo a solicitar o apoio da Consulai de forma sistemática no acompanhamento à criação e desenvolvimento de novos negócios e de novos produtos no sector agro-alimentar. Para tal, a Consulai tem encarado a valorização do curriculum da sua equipa técnica com uma das vantagens face à concorrência, apostando fortemente nas competências dos seus quadros, nomeadamente na sua especialização nas áreas em que trabalham e nos sectores que abordam. O quadro técnico da empresa tem formação diversa e multidisciplinar, nomeadamente na área alimentar e na área da gestão.

Durante o ano de 2005, a Consulai liderou o desenvolvimento e criação da 80G, SA, uma empresa que processa e comercializa fruta fresca cortada. O projecto foi desenvolvido na empresa e, na fase de industrialização, foi alargado a um parceiro industrial e a um parceiro do sector científico e tecnológico. Este projecto foi financiado pelo programa NEOTEC da Agência de Inovação, tendo sido reconhecido com um prémio na gala anual do Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional, pela sua qualidade técnica e inovação. A 80G, SA ([www.80g.pt](http://www.80g.pt)) é ainda hoje líder de mercado no processamento e comercialização de fruta fresca cortada e é um excelente exemplo de uma inovação de produto. O sucesso obtido com este projecto de inovação industrial permitiu validar as nossas

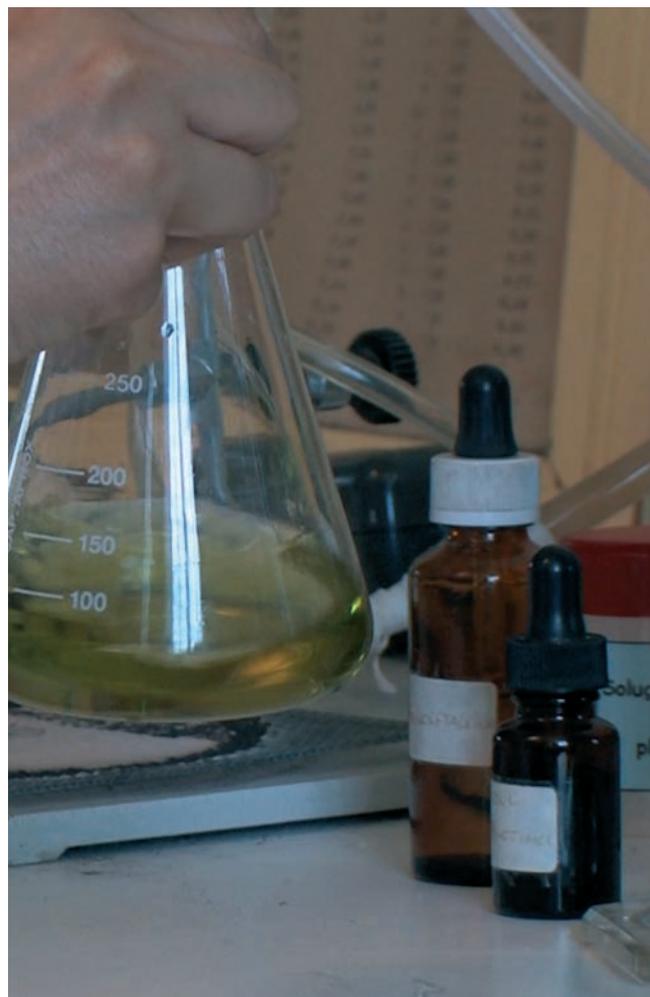
A inovação está na moda.  
Mas afinal o que é inovação?  
Segundo o EUROSTAT,  
uma inovação  
é a implementação de um novo,  
ou significativamente melhorado, produto  
(bem ou serviço) ou processo,  
de um novo método de marketing  
ou de um novo método organizacional  
nas práticas empresariais  
e das organizações.



competências e alargá-las a outros produtos inovadores: sopas frescas, pasta de azeitona, pasta de azeite, polpa de frutas, etc...

Como foi referido, a inovação não se esgota com o desenvolvimento de novos produtos. Muitos projectos inovadores nascem de uma forma diferente de chegar ao mercado. A Terra Premium é uma empresa portuguesa, constituída há menos de um ano, cujo objectivo é comercializar azeite nacional nos mercados internacionais. A empresa nasceu de uma parceria entre alguns dos melhores lagares cooperativos de Portugal, com o objectivo de ganhar escala tanto no que diz respeito à quantidade de azeite como à diversidade da oferta, comercializando azeite de diversas regiões do país, com características bastante distintas. Este acréscimo de escala permite não só apostar em diferentes mercados como ter disponível uma oferta mais vasta durante todo o ano.

A empresa iniciou apenas recentemente a sua actividade, mas existem resultados deste projecto que vale a pena partilhar, nomeadamente porque podem ser replicados noutros sectores, potenciando a capacidade exportadora da



produção agrícola e agro-industrial nacional. Existem três aspectos que tornam este projecto especial: o primeiro é que reúne numa só empresa um conjunto de produtores de azeite de dimensão relevante, o que nunca aconteceu em Portugal; o segundo consiste no trabalho de imagem e marca que foi desenvolvido, que mostra uma qualidade muitas vezes ausente no sector; o terceiro é a consistência das diferentes vertentes do projecto, nomeadamente ao nível do marketing mix (*product; price; place; promotion*).

Os dois exemplos apresentados neste artigo mostram dois modelos muito diferentes de inovação. Não obstante, e seja qual for o modelo escolhido, é através da inovação que a empresa constrói no presente bases sólidas de competitividade que sustentam o seu desenvolvimento futuro. As empresas que não inovam correm o risco de perder (ou ir perdendo) clientes, reduzir (ou ir reduzindo) as margens e, no limite, fechar a actividade. As que inovam, ou melhor, as que inovam com resultados, tendem a tornar-se mais competitivas. É justamente por esta razão que a inovação é uma questão de futuro!



## A AGRICULTURA COM ESPERANÇA NOS JOVENS E NA INOVAÇÃO

Carla Barros | Deputada do Partido Social Democrata

Dissertar sobre o tema da inovação no sector agrícola é introduzir uma temática que se impõe pela sua relevância e pela sua actualidade.

O ambiente económico é cada vez mais aberto, competitivo e sujeito a múltiplas e rápidas mudanças. A capacidade estratégica dos agricultores e restantes agentes do sector para anteciparem estas mudanças e para assumirem riscos, ou seja, a sua competência para inovar, é cada vez mais decisiva para a sua sobrevivência económica. No entanto, esta depende de uma grande diversidade de factores, entre os quais, a situação financeira das suas empresas e explorações agrícolas, a existência de incentivos apropriados, a presença de um sistema de investigação e desenvolvimento tecnológico dinâmico e adaptado à realidade e constrangimentos nacionais.

Hoje em dia, mais de 70% do consumo nacional de alimentos provém do exterior. Num contexto de crescente escassez de alimentos a nível global e tão grande dependência alimentar – além de um pesado ónus sobre as contas externas – este facto comporta um risco importante para a nossa segurança

alimentar. Esta grave fragilidade nacional não é, todavia, uma fatalidade determinada pelas nossas condições naturais, pelo que a agricultura pode dar um contributo bem mais significativo para a economia e para a soberania alimentar do País.

Acresce que, tratando-se de sectores produtores de bens transaccionáveis, o investimento na agricultura contribui directamente para a redução do desequilíbrio da nossa balança comercial, enquadrando-se na que deve ser a prioridade da política económica. Por outro lado, só promovendo o desenvolvimento rural sustentável será possível conter o êxodo rural e responder às necessidades da sociedade em matéria de bens públicos, como o ordenamento do território, a preservação da paisagem, do património cultural, do ambiente e da biodiversidade, bem como contribuir para a contenção das alterações climáticas.

Por conseguinte, todos estes aspectos dependem das políticas públicas em diversas áreas, pelo que se exige dos Governos uma visão integrante e integradora. Infelizmente, não o temos constatado em dose razoável.



Não raras vezes ouvimos “o mundo rural está envelhecido”. Os números não o desmentem: o último Recenseamento Geral da Agricultura publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), com data de 1999, refere que, do total de 375.938 agricultores, cerca de 77% - ou 289.291 - são homens e 198.065 têm mais de 55 anos. Este choque de gerações é, só por si, um bom incentivo. Diferentes atitudes entre empresários experientes, com mais idade, e jovens recém-formados, com ideias inovadoras ajustadas à sociedade actual, é, à partida, um catalisador de novas oportunidades. Não obstante, muito está por fazer no domínio da investigação e desenvolvimento tecnológico e no que se refere à desejável ligação universidade/mundo empresarial. Temos que ser exigentes na reabilitação da investigação e experimentação agrícola aplicada, privilegiando parcerias com o ensino universitário e as organizações agrícolas ou empresas sectoriais interessadas.

Só estaremos no caminho da inovação no sector agrícola quando se verificar a queda na desertificação do mundo rural e quando a agricultura, a floresta, os serviços de proximidade, a valorização do ambiente, o lazer e turismo forem actividades fundamentais na construção de um meio rural sustentável. Urge criar um quadro de apoio à instalação de jovens empresários rurais, de forma a incentivar o seu espírito empresarial. No entanto, e no que respeita a estes incentivos, deve-se atender aos diferentes níveis de necessidade de cada região, através de uma discriminação positiva. No âmbito dos apoios comunitários à agricultura, é essencial simplificar as normas e descentralizar os procedimentos para a sua concessão,

não deixando de rever o sistema de fiscalização, com vista a uma maior eficácia. Só com um PRODER a ser efectivamente executado – abrindo o leque dos sectores e das empresas apoiadas, simplificando, desburocratizando e descentralizando o programa na medida do possível – é que teremos assegurado o início de um processo de inovação e de desenvolvimento do mundo rural. Impõe-se aqui colocar o Ministério da Agricultura ao serviço dos agricultores, com reforço do associativismo e cooperativismo, actuando numa perspectiva de fornecedor/cliente, alterando o seu funcionamento, simplificando os processos e tornando-o competitivo na captação e gestão dos fundos comunitários.

Em jeito conclusivo, não há quadro de inovação possível sem um conjunto de políticas correctas, de prioridades claras e de soluções exequíveis. A minha esperança na capacidade dos Jovens Agricultores Portugueses é maior do que qualquer dificuldade que se me apresente!

Temos que ser exigentes na reabilitação da investigação e experimentação agrícola aplicada, privilegiando parcerias com o ensino universitário e as organizações agrícolas ou empresas sectoriais interessadas.



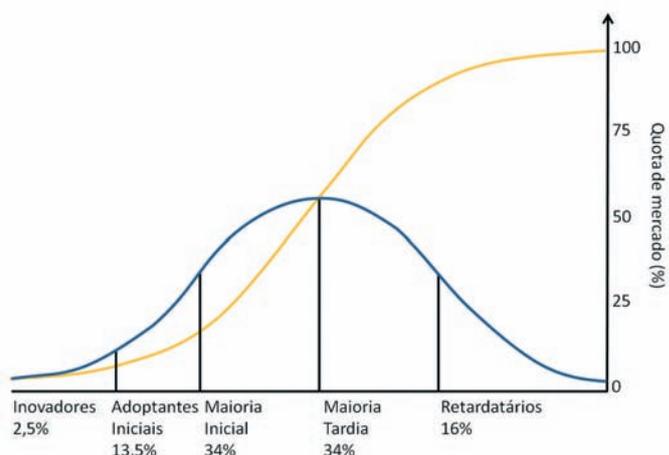
## INOVAÇÃO WEB 2.0

Miguel de Castro Neto

A inovação, enquanto processo que é suportado pela criatividade visando a criação de valor, tem de ser sempre suportado por actividades de I&D promovidas em rede com a participação activa de todos os actores da fileira em que se insere, sendo neste contexto de crucial importância a sua difusão e adopção.

Curiosamente, a publicação de um estudo de Ryan e Gross sobre a difusão do milho híbrido em Iowa<sup>1</sup> é considerada a primeira contribuição sustentada num contexto alargado de interesses em inovação, que foi particularmente popularizada pelo livro de Everett Rogers (1962), *Diffusion of Innovations*<sup>2</sup>. Nesta publicação, Rogers define a difusão como "o processo pelo qual uma inovação é comunicada através de certos canais ao longo do tempo entre os membros de um sistema social", classificando os adoptantes em cinco categorias: os inovadores (innovators), primeiros 2,5 % de indivíduos que estão em contacto com a inovação e que assumem os riscos de a utilizarem ou criarem; os adoptantes iniciais (early adopters), 13,5 % indivíduos seguintes num sistema a adoptarem uma inovação, que estão mais integrados no sistema local que os inovadores e a quem os potenciais adoptantes pedirão conselho e informação sobre a inovação; a maioria inicial (early majority), 34 % dos indivíduos a adoptar uma inovação antes da média das pessoas no sistema; a maioria tardia (later majority), os 34 % de cépticos num sistema que recebem as inovações com cautela, não as adoptando até que a maioria dos indivíduos do sistema tenha aceiteado a novidade; e os retardatários (laggards), que representam 16 % dos indivíduos e são os últimos a adoptarem a nova ideia, pois os seus recursos são limitados e querem ter a certeza de que uma nova ideia não irá falhar e lhes trará bons resultados.

Esta difusão da inovação ocorre num processo por etapas, idêntico a uma processo de tomada de decisão ao longo do tempo, através de um conjunto de canais de comunicação entre os membros de um sistema social similar. Em grande medida, estamos a tratar de gestão do conhecimento e da promoção de comunidades de prática onde um conjunto de pessoas partilhando um interesse comum estão dispostas a trabalhar em conjunto para a criação e partilha de conhecimento.



A difusão de inovações de acordo com Rogers, com sucessivos grupos a adoptarem a nova tecnologia (a azul) e a sua quota de mercado (a amarelo).

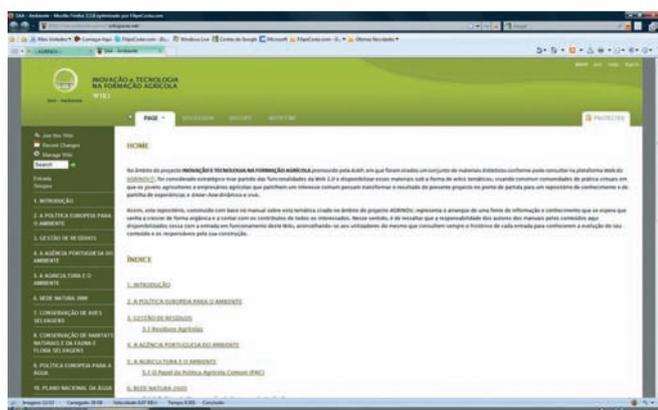
Neste contexto o papel das denominadas tecnologias Web 2.0 tem um papel relevante, uma vez que vulgarizaram um conjunto de aplicações informáticas que suportam activamente a construção e dinamização de comunidades virtuais promovendo a construção de plataformas colaborativas que se constituem como o ambiente ideal para o crescimento orgânico do conhecimento tornando-se assim um ambiente fértil para a inovação.

Neste sentido, a natureza e missão da AJAP, reunindo jovens agricultores em torno de um objectivo comum de procura activa e contínua de uma actividade agrícola competitiva, pode-

A inovação, enquanto processo que é suportado pela criatividade visando a criação de valor, tem de ser sempre suportado por actividades de I&D promovidas em rede com a participação activa de todos os actores da fileira em que se insere, sendo neste contexto de crucial importância a sua difusão e adopção.

<sup>1</sup> Ryan, B. (1943). The diffusion of hybrid seed corn in two Iowa communities. *Rural Sociology*, 8(1), p. 15-24.

<sup>2</sup> Rogers, Everett M. (1962). *Diffusion of Innovations*. Glencoe: Free Press.



riam/deveriam constituir-se como uma comunidade de prática virtual tirando partido das possibilidades oferecidas pela referida Web 2.0, convidando a juntar-se à mesma todos os interessados que a montante e a jusante, possam contribuir para criar um ambiente favorável à inovação e colaborar na construção e partilha de conhecimento no âmbito desta comunidade.

No entanto, a experiência mostra que estas iniciativas devem ser iniciadas numa lógica bottom-up, isto é, deverão ser os agentes activos desta comunidade potencial, os jovens agricultores, que devem dinamizar a sua criação e não uma qualquer estrutura centralizada que, numa lógica top-down, venha impor a sua visão do que deveria ser e como deveria funcionar esta comunidade.

Existindo hoje uma panóplia de soluções tecnológicas, muitas delas gratuitas, que podem ser utilizadas para suportar a constituição de uma comunidade de prática virtual dos jovens agricultores dedicada à inovação, há que lançar as mãos à obra.

Assim, aqui fica o desafio para os jovens agricultores associados da AJAP dinamizarem de forma pró-activa a constituição de uma comunidade de prática virtual tirando partido do potencial oferecido pelos Wikis, Facebook, blogues, Twitter e outras tecnologias que diariamente são colocadas à sua disposição na plataforma de acesso universal que é a Internet.

O papel das denominadas tecnologias Web 2.0 tem um papel relevante, uma vez que vulgarizaram um conjunto de aplicações informáticas que suportam activamente a construção e dinamização de comunidade virtuais promovendo a construção de plataformas colaborativas que se constituem como o ambiente ideal para o crescimento orgânico do conhecimento tornando-se assim um ambiente fértil para a inovação.



# NA VITIVINICULTURA

## Herdade do Rocim

### JOVEM EMPREENDEDORA

Nome: Catarina Isabel Cunha Vieira

Idade: 33

Estado Civil: Solteira

Habilitações: Engenharia Agrónoma (ISA); Pós-Graduação Enologia (Universidade Católica)

Ano de Instalação: 2004

### CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA EXPLORAÇÃO

A Herdade do Rocim, adquirida no ano 2000 pela Terralis, é uma propriedade situada entre a Vidigueira e Cuba, no Baixo Alentejo. O desenvolvimento do projecto da Herdade, iniciado após a compra pela empresa que hoje detém a sua administração e propriedade, é coordenado pela Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Catarina Vieira. Caracterizada por apresentar solos franco argilosos e arenosos, a Herdade tem vindo, nos últimos anos, a apostar na implantação de vinhas com critérios que visam a produção de uvas com elevada qualidade. Para isso tem contado com a consultoria nesta mesma área do Professor Rogério de Castro e Eng.<sup>o</sup> Amândio Cruz, docentes do ISA.

SAU: Total: 100 ha: 60 ha de vinha + cerca de 10 ha de olival;

Especialização Produtiva: Vitivinicultura (Produção de Uvas e Vinho)

Mão-de-Obra Permanente: 9 pessoas

## ENTREVISTA

1 – Quais os motivos que a levaram a enveredar pela actividade agrícola. E pela área vitivinícola?

Muito provavelmente o facto de pertencer a uma família que esteve sempre ligada à actividade vitivinícola, nomeadamente os meus avós e bisavós.

2 – Que dificuldades foram sentidas antes da instalação, aquando da instalação e actualmente?

Todos os processos correram da melhor forma possível, não tendo sentido grandes obstáculos aquando e antes da instalação.

3 – Em que medida a existência de um Quadro de Apoio à Instalação de Jovens Agricultores influenciou a sua decisão de se tornar Empresária Agrícola?

Não influenciou de forma alguma, pois a actividade vitícola já existia. No entanto considero muito importante e bastante motivador o quadro de Apoio à instalação de Jovens Agricultores.

4 – A Herdade do Rocim é um projecto relativamente recente que apresenta já grandes novidades relativamente às explorações vitivinícolas nacionais. Quais as perspectivas de introdução de alterações na exploração a médio e longo prazo?

Estamos actualmente a avançar com uma segunda fase de investimentos na Herdade, que se estenderá para os próximos 5 anos. Esses investimentos dizem respeito à plantação de novas vinhas, reestruturação de algumas vinhas existentes, ao melhoramento de infra-estruturas da adega e à construção de um pequeno Hotel de Charme.

5 – Efectuou estudos de mercado de forma a avaliar a capacidade de escoamento do produto?

Sim, efectuámos alguns estudos de mercado tanto a nível nacional como a nível internacional, sendo que, como se tem verificado a situação económico-financeira de Portugal e do resto do mundo sofreu algumas alterações quando comparada com a situação de alguns anos atrás.

6 – Acompanha o desenvolvimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação numa perspectiva de proceder à sua constante actualização na exploração?

Claro que sim, temos que estar sempre a acompanhar as novas tecnologias, e estar sempre atentos por vezes não é suficiente. Há sempre muita informação nova e por isso torna-se necessário filtrar alguma informação.

7 – Quais foram as preocupações ambientais presentes aquando da elaboração do projecto de instalação e de que forma são actualmente integradas as questões ambientais na sua exploração?

As preocupações ambientais sempre existiram e continuam a existir. Um projecto de qualidade não pode existir sem ter uma forte consciência social e ambiental.

No que respeita à construção da adega houve uma forte preocupação, através da construção de paredes em betão + taipa com cerca de 1 m de espessura, permitindo assim uma temperatura interior estável em que se evita o recurso a equipamentos de climatização. Para além disso a entrada da luz foi estudada de forma a evitar uma dependência excessiva da luz artificial. Na vinha o recurso a vários equipamentos, desde a câmara de pressão, estação meteorológica, sondas de humidade, permite-nos gerir de forma bastante racional as regas, tendo sempre em vista a produção de uvas de elevada qualidade.

8 – Pode afirmar-se que a Herdade é um caso ímpar no sector no sentido em que disponibiliza já, num mesmo espaço, infra-estruturas como adega, sala de provas, auditório, loja, vinha pedagógica entre outros. Que outras medidas inovadoras foram introduzidas na exploração, quer ao nível de processos, produtos e tecnologias?

Como já referi anteriormente, a nível de equipamentos penso que dispomos de uma série de equipamentos tanto na vinha, como na adega que nos permitem trabalhar com bastante rigor e com isso gerar qualidade.

Para além de todas estas infra-estruturas não poderemos nunca esquecer a formação que é um instrumento que ajudará sempre a gerar acréscimo de qualidade.

Na vinha temos vindo a adquirir uma série de equipamentos, (câmara de pressão, sondas, estação meteorológica) que nos permitem aumentar a qualidade das uvas e consequentemente do vinho.

Naturalmente que existem todos os anos novas tecnologias e processos inovadores e tentamos, dentro do possível, actualizar-nos com a aquisição de alguns novos equipamentos.

9 – Relativamente à internacionalização das empresas agrícolas nacionais, quais as perspectivas para a Herdade do Rocim?

Pretendemos, naturalmente, internacionalizar a Herdade e os seus vinhos, sendo que já estamos a exportar os nossos vinhos para Angola, EUA, China e Brasil.

Falta agora cimentar a nossa força comercial nestes países, pois existe muito trabalho por fazer e procurar de forma progressiva e consistente alguns novos mercados. De qualquer forma as perspectivas são bastante boas, pois temos encontrado muito boas críticas ao nosso projecto e aos nossos vinhos.

### UMA PALAVRA DE UMA JOVEM AGRICULTORA PARA OS JOVENS AGRICULTORES:

Apesar de ter ainda um caminho curto como Jovem Agricultora, nesta actividade que é a agricultura, é preciso bastante persistência, trabalho e muito rigor. A dedicação e o gosto pela actividade são factores fundamentais para o sucesso do nosso projecto.

No entanto a formação é também um factor decisivo, pois o conhecimento é, e será sempre, um factor primordial para o nosso sucesso.

## RACOOP - COOPERATIVA AGRÍCOLA DE RAÇÕES, CRL

António Ribeiro | Presidente da Direcção da RACOOP

A RACOOP - Cooperativa Agrícola de Rações, CRL, nasceu da vontade e do empreendedorismo de um grupo de 18 cooperantes dinâmicos que conhecendo bem o ramo da agricultura e possuindo já há alguns anos as suas explorações resolveram fundar uma instituição que desse resposta a um dos factores que mais pesa em termos económicos numa exploração. Aliada ao aspecto económico esteve sempre em mente destes agricultores a qualidade. Só possuindo um controle nesta área, esta exigência poderia ser assegurada.

Assim, inicialmente só se destinava aos seus cooperantes. Actualmente, fruto de um trabalho reconhecido por outros agricultores, as rações fabricadas destinam-se ao público em geral, (rações/misturas de qualidade) são produzidas de acordo com as necessidades específicas de cada exploração. A maior parte do seu fabrico destina-se a vacas leiteiras embora também ofereça outras referências como sejam engordas, novilhas, secas e vitelos.

É de salientar que actualmente, o desafio continua, brevemente, a Racoop irá dispor de uma linha de ensaque que possibilitará a aquisição dos seus produtos por retalhistas e ao consumidor em geral.

A Racoop prima pela qualidade dos produtos que oferece aos seus clientes. Para tal faz uma criteriosa selecção das matérias-primas - cereais e outros produtos - necessárias ao fabrico. Além disso cumpre com todas as normas de HACCP - *Hazard Analysis Critical Control Points* e outras possuindo já há alguns anos o número de fabricante definitivo disponibilizado pela Direcção Geral de Veterinária.

A Racoop tem ao dispor dos produtores um conjunto de especialistas em nutrição responsáveis e experientes que fazem o acompanhamento das explorações adequando sistematicamente a ração à necessidade de cada exploração.



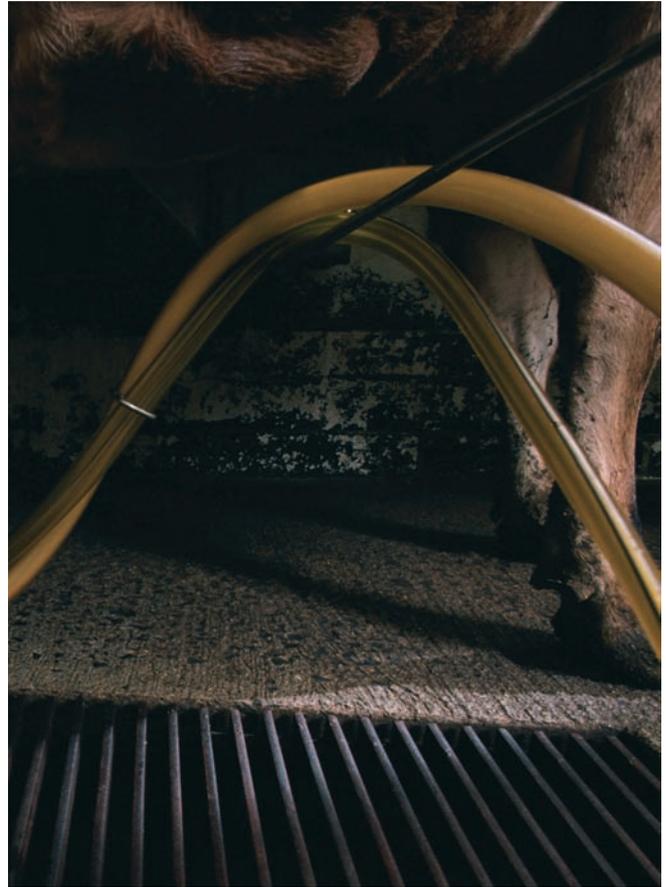


Nos últimos anos assistimos a uma escassez de cereais que originou subidas acentuadas nos seus preços e consequentemente aumentos de preços das rações.

Inicialmente vocacionada só para o fabrico de rações, rapidamente passou para a comercialização de leite.

Efectivamente trata-se de um produto que está muito relacionado com o mercado para o qual a Racoop estava e está vocacionada. Assim, no ano de 2000 surge aliada à comercialização de rações a intermediação do leite. Actualmente esta cooperativa possui 40 produtores de leite, comercializa uma média mensal de 2 000 000 de litros de leite, sendo a maior quantidade exportada para o país vizinho, Espanha.

No actual contexto de produtos lácteos e por informação veiculada pelas indústrias transformadoras destes produtos, existe excedentes de produção, o que conduz à redução do preço do leite um pouco por toda a Europa. Neste contexto, a Racoop tem feito um trabalho exaustivo no sentido de minimizar o impacto destas descidas nas explorações. Assim, tem adoptado uma política muito criteriosa na selecção de matérias primas, procurando nos mercados internacionais aquelas que oferecem a melhor relação qualidade/preço.



De acordo com a publicação Agrodigital, perspectiva-se uma redução para o ano corrente na produção de leite, o que favorecerá, provavelmente os preços pagos ao produtor.

A Racoop, sempre atenta ao mercado, tem procurado responder às solicitações dos produtores, contudo nem sempre isso é fácil. Porém, é inegável a actualidade desta cooperativa, que actua no mercado de uma forma totalmente independente e procura acima de tudo dar respostas objectivas às expectativas dos produtores. Assim sendo, aquilo que há 10 anos moveu este grupo restrito de agricultores mantém-se actual.

## PODA DE INVERNO

Mónica Gertrudes | Departamento Técnico da AJAP

A Poda de Inverno consiste na remoção de partes da videira (madeira viva) que afecta o comportamento fisiológico da mesma, estando ligada à condução da planta e subordinada ao sistema adoptado. A realização da poda implica fisiologicamente a forma e dimensão da planta, o equilíbrio e a longevidade das cepas, a superfície foliar e vigor, o volume e qualidade da vindima.

### PRINCÍPIOS DA PODA

São vários os princípios sobre os quais tem de assentar a poda:

- Efeito depressor na videira – diminui a capacidade produtiva,
- O vigor dos gomos é inversamente proporcional ao número e quantidade de frutos,
- A fertilidade de uma videira varia inversamente ao vigor de seus gomos,
- A videira frutifica em sarmentos do ano, que se desenvolvem de sarmentos do ano anterior,
- A frutificação é inversamente proporcional ao vigor,
- O vigor individual dos ramos de uma videira é inversamente proporcional ao seu número,
- Gomos mais afastados da base têm maior fertilidade.

### OBJECTIVOS

Com a realização da poda pretende-se promover a frutificação desde os primeiros anos, limitar o número de gomos, evitando assim o esgotamento e o excesso de produção, facilitar as operações no vinhedo, distribuir o lenho fértil da videira promovendo o equilíbrio produção vs qualidade e uniformizar a distribuição da seiva elaborada.

### TIPOS DE PODA

Na vara atempada podemos considerar duas podas: Poda de Formação e de Frutificação, segundo se trate de dispor os braços da videira para se lhe dar uma determinada forma ou de preparar a planta para que frutifique convenientemente.

#### Poda de Formação

No primeiro ano da videira não temos que atender à produção de frutos, mas sim ao vigor a dar à planta. Desta forma influen-

ciamos a emissão de lançamentos que permitam que a videira adquira a forma desejada segundo o sistema de poda a implementar.

A Poda de Formação, tem por fim formar o esqueleto da videira, dando aos braços uma certa disposição, conforme o sistema a adoptar e que pode ser em cordão e em vara e talão. Conforme o comprimento da vara que se deixa, ou seja, conforme o número de olhos com que fica, assume designação diferente:

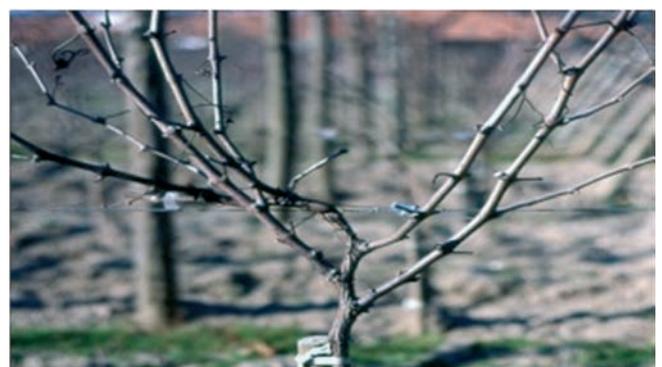
#### Poda Curta



Diz-se que a poda é curta quando o número de olhos deixados na poda é pequeno, de 1 a 4, designando-se o sarmento podado de talão.

Este tipo de poda enfraquece e reduz a longevidade da planta pois é de todas a menos natural, não aproveita o terço médio da vara, o que se torna um grave inconveniente nas castas que frutificam nessa zona e o excesso de vegetação que ocasiona as videiras mais vigorosas provocando o desavinho.

#### Poda Longa



Diz-se que a poda é longa quando a vara fica com muitos olhos, mais de 5, denominando-se o sarmento podado de vara.

Este tipo de poda provoca desguarnecimento da parte basal da planta, se não existir o cuidado de fazer a empa para contrariar tal tendência. O excesso de varas compridas leva ao rápido enfraquecimento da videira, aproveita o terço-médio da vara, onde na maior parte das castas se encontram os gomos mais férteis. Se este tipo de poda for efectuada com equilíbrio, aumenta a longevidade da videira, por não contrariar demasiado a tendência natural, proporcionando uma melhor distribuição dos rebentos desenvolvidos.

### **Poda Mista**



Diz-se que a poda é mista quando na poda se deixa vara e talão, neste caso, o talão deixado atrás da vara, geralmente a 2 olhos, cujos lançamentos produzirão, no ano seguinte, a nova vara e talão.

Este tipo de poda aproveita as características produtivas da poda longa e aproveita as melhores características de renovação da poda curta.

### **SISTEMAS DE PODA**

Qualquer corte na videira deve ser rente, liso e inclinado de modo a facilitar o processo de cicatrização. O diâmetro dos ramos cortados não deve ser muito grande, pois a cicatrização é mais rápida quanto menor for o diâmetro do ramo cortado. Nas varas os cortes devem executar-se com uma tesoura de poda a uma distância de um centímetro acima do gomo. Os ramos mais grossos devem ser cortados com um serrote e posteriormente alisados com uma navalha.

### **Poda em Cordão**



A Poda em Cordão é uma das opções mais vantajosas em sistemas de condução aramados. Além disso, facilita os trabalhos culturais e tratamentos da vinha.

A planta pode ser podada em cordão horizontal, ou seja, o tronco encontra-se na vertical e a partir dele o braço da videira dispõe-se na horizontal. Esta poda designa-se de cordão unilateral, contudo existem algumas variações: cordão bilateral (dois braços da videira que são distribuídos em oposto) ou cordão sobrepostos (onde os braços são distribuídos em várias "camadas" sobrepostas).

### **Poda de Vara e Talão**



Neste tipo de poda deixa-se um talão (segmento com dois olhos, normalmente) e uma vara longa onde irão crescer os sarmentos frutíferos.

A poda de vara e talão é importante para a fortificação e manutenção da planta, uma vez que contribui para uma frutificação abundante na vara e fornece outras varas vigorosas sem alterar o processo de desenvolvimento da planta.



## PARA QUANDO UMA VIA VERDE PARA OS JOVENS AGRICULTORES?

No seguimento da audição na Comissão Parlamentar de Agricultura a AJAP vem mais uma vez manifestar a sua preocupação pela péssima evolução do sector nos últimos anos.

José Sócrates num discurso recente sobre o sector agrícola afirmou que «a agricultura não é nenhum fardo para Portugal». A AJAP subscreve por completo esta afirmação e considera que com Rejuvenescimento, Estratégia e rápida execução da mesma este sector ainda pode dar um maior contributo para o PIB.

Para nós Jovens Agricultores relativamente ao orçamento de estado interessa-nos referir que nos surpreende não ver escrito a palavra rejuvenescimento em nenhum parágrafo do mesmo.

Os Jovens Agricultores representam apenas 2,9 por cento do total dos agricultores, “valor bastante aquém da média europeia, que é de 5,3 por cento”, números que teimam, ano após ano, em não mudar. A AJAP considera estes números inaceitáveis e insiste em trabalhar em prol dos Jovens Agricultores para mudar este cenário.

Vamos aos factos:

Os Prémios dos Jovens Agricultores ficaram suspensos no final de 2005 até ao início de 2009.

Considerando o actual objectivo de instalação de 4300 a 4500 Jovens Agricultores muito pouco ambicioso, continuamos sem entender que medidas efectivas irão ser tomadas para fazer cumprir os objectivos de rejuvenescimento da agricultura nacional.

O PRODER segundo o Ministro da Agricultura teve um nível de execução de 14% em 2009 sendo o objectivo para este ano 20%.

Há diversas questões que nos atormentam mas gostaríamos de destacar algumas:

600 milhões de Euros serão suficientes para chegar a 20% de execução?

Seremos capazes de executar 80% do valor em apenas 3 anos, 2011, 2012, 2013?

Estaremos mais uma vez condenados a devolver verbas à UE por falta de execução?

Relativamente às medidas defendidas na Via Verde Agrícola:

Os Jovens Agricultores devem ter atendimento preferencial e deve ser dada uma resposta aos projectos num máximo de 30 dias.

Os reembolsos não podem ser feitos um ano depois mas sim 60 dias após os investimentos serem efectuados.

Quando cada vez mais se fala da criação de sinergias, não é lógica nem admissível a alteração relativamente ao quadro anterior, quando dois Jovens Agricultores criam uma sociedade apesar dos dois serem elegíveis, apenas um recebe o subsídio de instalação.

O efectivo animal tem de ser financiado.

A percentagem de elegibilidade na aquisição de terras deve ser bastante superior para os Jovens Agricultores.

É urgente aumentar as majorações para os Jovens Agricultores e devolver a majoração para os que se instalarem em região desfavorecida.

O anterior Ministro veiculou a hipótese do prémio à primeira instalação passar para os 60.000 Euros, será que esta medida passará de um simples anúncio?

Apreciamos a boa vontade e grande empenho do actual Ministro, bem como a forma dialogante como se tem apresentado. No entanto, precisamos de ver medidas efectivas urgentes que acelerem o rejuvenescimento e estratégia para a Agricultura e Desenvolvimento Rural. A AJAP continuará empenhada em alterar o actual cenário e colaborar sempre em prol da agricultura nacional e dos Jovens Agricultores.

## AJAP PRESTA NOVO SERVIÇO AOS AGRICULTORES

No seguimento da delegação de funções por parte do IFAP, a AJAP assume desde o mês de Fevereiro responsabilidades a nível do Parcelário, facto que permite reforçar a capacidade de melhor servir o agricultor.

Neste contexto foram criadas duas Salas de Atendimento do Parcelário, uma em Lisboa, na sede da AJAP (9h00-13h00/14h00-17h30) e outra em Macedo de Cavaleiros, no Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Saldonha (9h00-

12h30/14h00-18h00). Este serviço possibilita ao agricultor a actualização ou resolução de qualquer problema do seu Parcelário assim como identificação de novas parcelas.

## MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS – APOIOS ESPECÍFICOS

O Reg. (CE) n.º 73/2009 estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo aos agricultores no âmbito da Política Agrícola Comum, sendo que para actividades agrícolas específicas que resultem em benefícios Agro-Ambientais suplementares, a conceder no âmbito do artigo 68º do mesmo regulamento, aguarda-se ainda a publicação de legislação. Esses apoios específicos dirigem-se à Protecção do Património Oleícola e ao Apoio ao Pastoreio Extensivo.

### Protecção do Património Oleícola

A Medida Agro-Ambiental de Protecção do Património Oleícola pretende contribuir para a manutenção do olival tradicional na sua vertente paisagística e para a preservação do elevado nível de biodiversidade que lhe está associado.

Como condições de elegibilidade, destaca-se a área mínima total de 0,3 ha, a idade mínima de 30 anos para as parcelas candidatas e a densidade inferior a 240 árvores/ha.

Os compromissos dizem respeito à gestão da vegetação lenhosa espontânea, à manutenção das oliveiras em bom estado vegetativo (o que obriga à poda ou limpeza e à colheita da azeitona) e à redução dos riscos de erosão das parcelas com maior declive.

### Apoio ao Pastoreio Extensivo

A Medida Agro-Ambiental de Apoio ao Pastoreio Extensivo pretende contribuir para a utilização sustentável dos recursos forrageiros, preservando a flora diversificada, diminuindo os riscos de incêndio e garantindo a continuidade dos sistemas agro-silvo-pastoris.

Esses objectivos concretizam-se em 3 acções: Manutenção de Lameiros de alto Valor Natural; Manutenção de Espaços Agro-Florestais pastoreados por Ovinos e Caprinos e Manutenção do Sistema Agro-Silvo-Pastoril de Montado de Azinho ou Carvalho Negral.

Informa-se o Senhor Agricultor que poderá formalizar a sua candidatura às Medidas Agro-Ambientais - Apoios Específicos até 8 de Maio de 2010.

Para mais informações e esclarecimentos, não hesite em contactar a Sede da AJAP por telefone (21 324 49 70) ou por e-mail (ajap@ajap.pt).

## JOVENS AGRICULTORES EUROPEUS E A PAC APÓS 2013

O CEJA - Conselho Europeu de Jovens Agricultores reuniu-se em Sevilha, entre os dias 3 e 6 de Fevereiro, num seminário subordinado ao tema *“A PAC após 2013: Reforçar o Papel dos Jovens Agricultores para Melhor Responder às Necessidades da Sociedade Europeia”*.

O seminário, promovido pelo CEJA e pela ASAJA, onde marcaram presença representantes dos estados membros da UE, incluindo a AJAP, assim como especialistas e representantes de alto nível do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia, da OMC, do Governo Espanhol e de outras organizações de relevo no sector, foi dividido em três painéis que abordaram as seguintes temáticas:

- Modelos de produção para o futuro, o objectivo de produzir mais e melhor no contexto global
- Alterações climáticas, gestão dos recursos naturais e conservação do meio rural
- O papel internacional da agricultura europeia: oportunidades comerciais e o futuro das relações comerciais com países em desenvolvimento.



Após a calorosa mensagem da Presidência e Vice-presidência da ASAJA dando as boas-vindas a todos os oradores e participantes o seminário iniciou-se com uma conferência relacionada com o tema central do seminário “A PAC: uma política activa para dar resposta às necessidades da sociedade

europeia”, com a participação de ilustres personalidades incluindo o Presidente do Comité de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu, Paolo de Castro, que evidenciou a agricultura como uma actividade fundamental em todas as suas formas e variantes afirmando que se “deve promover a sua defesa e protecção, assim como incentivar o rejuvenescimento do sector”.



Com o tema central introduzido, os trabalhos deram início com o primeiro painel sobre “Modelos de produção para o futuro, o objectivo de produzir mais e melhor no contexto global”, onde foram abordados temas como “Biotecnologia, segurança e qualidade dos alimentos”; “Através de uma agricultura intensiva e sustentável: uma visão da indústria”, tendo sido finalizado com a intervenção de Diego Calabrese da União Europeia de Consumidores sobre “A visão dos consumidores na produção de alimentos”.

No segundo painel relativo às “Alterações climáticas, gestão dos recursos naturais e conservação do meio rural”, moderado pela Vice-presidente do CEJA Ingrid Petterson, o especialista em Alterações Climáticas, Andreas Gumbert, expôs algumas ideias sobre “Estratégias para a adaptação e mitigação das alterações climáticas na agricultura europeia”, enquanto Jesus Casas Grande, Director Geral do Desenvolvimento Sustentável no Meio Rural abordou “Políticas de desenvolvimento e manutenção do equilíbrio territorial. Opções para o futuro quadro da PAC” e Ana Carricondo da Birdlife International teve oportunidade de abordar a “Gestão sustentável dos recursos naturais e conservação da biodiversidade”.



O último painel, cujo tema se prendeu com “O papel internacional da agricultura europeia: oportunidades comerciais e futuro das relações comerciais com países em desenvolvimento” contou com a intervenção de Clemens Boonekamp, Director da Divisão de Agricultura da Organização Mundial de Comércio (OMC) sobre “Estratégias para melhorar a competitividade da agricultura europeia”, tendo a questão “Uma nova PAC para responder aos objectivos globais – modelo de política agrícola para apoiar os agricultores de países menos desenvolvidos” ficado à responsabilidade de David King, Secretário Geral da Federação Internacional de Produtores Agrícolas (FIPA) e as “Novas oportunidades de negócio para as trocas comerciais com países em desenvolvimento” abordadas por Eloi Ritter, Conselheiro Económico da Embaixada do Brasil em Espanha.

O segundo dia de trabalhos, em que o Conselho Europeu de Jovens Agricultores esteve reunido, foi marcado pelos contributos recolhidos para a declaração final relativa ao tema do seminário *“A PAC após 2013: Reforçar o papel dos Jovens Agricultores para melhor responder às necessidades da sociedade europeia”*.

Do trabalho desenvolvido destacam-se os principais pontos, a saber:

As previsões apontam para que a procura de alimentos duplique nos próximos 50 anos. Sabe-se que na UE - 27, menos de 7% dos agricultores têm menos de 35 anos e, por outro lado, mais de 34% têm mais de 65 anos. Neste contexto torna-se fulcral a criação de medidas que permitam que a agricultura volte a ser caracterizada como um sector atractivo para os jovens.

A agricultura desempenha um papel estratégico a nível mundial na garantia de auto-suficiência nos anos que se

avizinham, quer na prevenção e mitigação das alterações climáticas, quer ainda na preservação dos recursos naturais.

Neste sentido, o CEJA defende que a PAC após 2013 deve envolver os agricultores como verdadeiros empresários no mundo em mudança, que tentam responder a desafios globais e por estes motivos os Jovens Agricultores pretendem que:

1. O trabalho dos agricultores seja economicamente viável visando que a agricultura se transforme numa actividade atractiva;
2. Os novos desafios sejam acompanhados por mecanismos de compensação e ferramentas de gestão de risco;
3. Seja assegurado o equilíbrio e transparência na cadeia alimentar;
4. Sejam considerados instrumentos de mercado e de agricultura num contexto global;
5. Sejam reforçadas as medidas de comunicação, e que a investigação e a inovação sejam mais acessíveis aos agricultores;
6. Uma política estável no novo quadro de trabalho que permita aos Jovens Agricultores um planeamento a longo prazo.

Do encontro destaca-se, como sublinhou Joris Baecke, Presidente do CEJA, o facto de os Jovens Agricultores enfrentarem “grandes oportunidades na agricultura, sendo parte de um sector fundamental na sociedade” e ainda que o papel dos agricultores deve ser revitalizado uma vez que são essenciais para o desenvolvimento económico, emprego, energias renováveis e na prevenção e mitigação das alterações climáticas.



Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação

# Agro

[www.peb.pt](http://www.peb.pt)

**11 a 14 Março**

em simultâneo:

**salão do vinho  
gastronomia**

**animação  
todos os dias...**



ufi  
Approved  
Event

EURASCO  
Member of EURASCO  
EURASCO Member

APPE  
Associação Portuguesa  
de Promocão e  
Marketing de Alimentos

Vida rural

Star

BESTEVENTS



**PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA**

## PRODUTOS BIOLÓGICOS COM LOGÓTIPO EUROPEU

Nos produtos biológicos da UE vai constar um novo logótipo eleito por cerca de 130 000 pessoas através de voto electrónico.



O concurso à escala europeia, organizado pela Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia, contou com a participação de mais de 3400 jovens da UE sendo o projecto vencedor da autoria de Dusan Milenkovic, estudante na Alemanha, que recebeu 63% do total de votos pelo seu desenho da «Eurofolha».

O novo logótipo passa a ser obrigatório a partir de 1 de Julho de 2010 em todos os produtos biológicos, informando o consumidor de que o produto atinge o nível especificado de qualidade padrão em toda a UE.

Os projectos que se classificaram nos três primeiros lugares serão galardoados pela Direcção-Geral de Agricultura e do Desenvolvimento Rural, da Comissão Europeia numa cerimónia oficial a realizar em Bruxelas em Julho de 2010.

## 2010 ANO INTERNACIONAL DA BIODIVERSIDADE

Biodiversidade, ou diversidade biológica, engloba a totalidade de genes, espécies e ecossistemas do mundo ou de uma região.

A perda de biodiversidade é uma realidade actual pelo que 2010 foi proclamado o Ano Internacional da Biodiversidade como forma de sensibilizar para a importância de proteger as espécies animais e vegetais e prevenir os danos que a sua extinção ameaça causar no desenvolvimento humano.

Pretende-se que os eventos relacionados com Ano Internacional da Biodiversidade cheguem a todo o planeta, pressionando as entidades responsáveis no sentido de ser possível alcançar as metas da Convenção sobre a Diversidade Biológica.

As comemorações em Portugal, que contam com seminários, exposições, workshops, debates entre outras iniciativas estão a cargo da Comissão de Coordenação Interministerial da Convenção sobre a Diversidade Biológica, através do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade – ICNB.



## NOVA COORDENAÇÃO PARA A REDE RURAL NACIONAL – RRN

A Rede Rural Nacional é uma organização de agentes com papel activo no desenvolvimento rural que visa a partilha de experiências e conhecimentos, de forma a melhorar o desempenho e obter melhores resultados, com base no programa europeu criado para dinamizar a economia agrícola local.

A AJAP faz parte desta organização, abrangendo áreas de intervenção como Formação; Investigação/Inovação; Serviços às empresas e Projectos integrados de âmbito territorial.

A Rede Rural Nacional, inicialmente coordenada pelo Gabinete de Políticas e Planeamento, encontra-se numa situação de inoperância, sendo a sua taxa de execução praticamente nula, pelo que o Ministro da Agricultura transferiu a sua gestão para a Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – DGADR.

**APICULTURA**

Aviso n.º 2171/2010. D.R. n.º 21, Série II de 2010-02-01  
Abertura de um novo período de apresentação de candidaturas para a campanha 2010, ao abrigo do Programa Apícola Nacional

**LINHA DE CRÉDITO**

Decreto-Lei n.º 1-A/2010. D.R. n.º 1, Suplemento, Série I de 2010-01-04  
Cria uma linha de crédito com juros bonificados dirigida às empresas do sector agrícola e pecuário, no montante de (euro) 50 000 000, e procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2009, de 31 de Março, reforçando para (euro) 125 000 000 os montantes disponíveis para os sectores florestal e das agro-indústrias

**PAC**

Despacho normativo n.º 1/2010. D.R. n.º 11, Série II de 2010-01-18  
Decisões nacionais na sequência do Exame de Saúde da PAC

**PECUÁRIA**

Despacho normativo n.º 5/2010. D.R. n.º 32, Série II de 2010-02-16  
Medidas específicas de apoio ao sector do leite

Portaria n.º 1450/2009. D.R. n.º 249, Série I de 2009-12-28  
Altera a Portaria n.º 1073/2008, de 22 de Setembro, que fixa a forma de cálculo das taxas devidas pela realização de actividades de inspecção higiéno-sanitária, verificação e auditoria no âmbito do controlo oficial nos estabelecimentos ou operadores que desenvolvam actividades relativas aos alimentos e aos géneros alimentícios para animais

**SIGC**

Declaração de rectificação n.º 319/2010. D.R. n.º 34, Série II de 2010-02-18  
Rectificação do despacho normativo n.º 3/2010, de 22 de Janeiro

Despacho normativo n.º 4/2010. D.R. n.º 25, Série II de 2010-02-05  
Sistema integrado de gestão e controlo para a campanha de 2010

Portaria n.º 68/2010. D.R. n.º 23, Série I de 2010-02-03  
Aprova o Regulamento de Aplicação do Regime do Pagamento Único (RPU)

Despacho normativo n.º 3/2010. D.R. n.º 21, Série II de 2010-02-01  
Alteração ao Despacho Normativo n.º 7/2005 BCAA

Despacho normativo n.º 2/2010. D.R. n.º 20, Série II de 2010-01-29  
Aplicação do art 68 do Regulamento 73/2009, que estabelece as normas de apoio específico a conceder aos agricultores

Despacho n.º 47/2010. D.R. n.º 2, Série II de 2010-01-05  
Apoio financeiro aos agricultores na electricidade verde

**VITIVINICULTURA**

Portaria n.º 47/2010. D.R. n.º 13, Série I de 2010-01-20  
Altera a Portaria n.º 1384-B/2008, de 2 de Dezembro, que aprova o Regulamento do Apoio à Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros, que estabelece as regras de execução, para o período de 2009-2013, da medida prevista nos artigos 10.º do Regulamento (CE) n.º 479/2008, do Conselho, de 29 de Abril, e 4.º do Regulamento (CE) n.º 555/2008, da Comissão, de 27 de Junho

**DIVERSOS**

Decreto-Lei n.º 4/2010. D.R. n.º 8, Série I de 2010-01-13  
Actualiza os caracteres e as condições mínimas para o exame a que as variedades de espécies agrícolas e hortícolas estão sujeitas para serem inscritas no Catálogo Nacional de Variedades, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2009/97/CE, da Comissão, de 3 de Agosto, que altera as Directivas n.os 2003/90/CE e 2003/91/CE, ambas da Comissão, de 6 de Outubro, procedendo à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2004, de 30 de Junho

Portaria n.º 83/2010. D.R. n.º 28, Série I de 2010-02-10  
Aprova o Programa de Acção para Várias Zonas Vulneráveis de Portugal Continental

Despacho n.º 2438/2010. D.R. n.º 25, Série II de 2010-02-05  
Alterações ao Catálogo Nacional de Variedades

Portaria n.º 8/2010. D.R. n.º 3, Série I de 2010-01-06  
Altera o regulamento das taxas devidas por serviços prestados pela Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e pelas direcções regionais de agricultura e pescas, quando em articulação conjunta com a Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, bem como os respectivos montantes, regimes de cobrança e distribuição, aprovado pela Portaria n.º 984/2008, de 2 de Setembro

Decreto-Lei n.º 7/2010. D.R. n.º 16, Série I de 2010-01-25  
Estabelece medidas de protecção contra a introdução na Comunidade de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais e contra a sua propagação no interior da Comunidade, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2009/118/CE, da Comissão, de 9 de Setembro, que altera os anexos II a V da Directiva n.º 2000/29/CE, do Conselho, de 8 de Maio, e procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de Setembro

Portaria n.º 7/2010. D.R. n.º 2, Série I de 2010-01-05  
Regulamenta as condições de organização, manutenção e actualização do Registo Nacional CITES e as condições do exercício das actividades que impliquem a detenção de várias espécies



Nufarm Portugal, Lda.  
Praça de Alvalade, 6 - 5º Esq. - 1700-036 LISBOA  
Tel.: 217 998 440 - Fax: 217 942 069  
www.nufarm.pt - E-mail: nufarm@pt.nufarm.com

**A QUALIDADE É  
A NOSSA  
PRIORIDADE**

# Gabinetes de Apoio ao Jovem Agricultor

## SEDE

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (sede)  
Rua D. Pedro V, 108 – 2º Andar, 1269-128 Lisboa  
Tel.: 213 244 970

## NORTE

Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho  
Rua do Convento, 21, 4485-662 Vairão (Vila do Conde)  
Tel.: 252 661 740

Associação Portuguesa de Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural  
Av. Batalhão de Caçadores Nove, N.º 265-269 Fracção F – Centro Esq., 4900-341 Viana do Castelo  
Tel.: 258 843 425

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Terras de Bouro  
Praça do Município, 4840-100 Terras de Bouro  
Tel.: 253 350 010

Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho de Valongo  
Rua D. Pedro IV, N.º 615-625, Susão, 4440-633 Valongo  
Tel.: 224 219 160 / 224 220 089

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Baião  
Ed. Adegas Coop., Quintela, 4640-272 Govê (Baião)  
Tel.: 55 552 945

Centro de Gestão Agrícola do Vale do Sousa  
Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 384, Ed. Lousador, Loja 1 – 1º,  
4620-141 Lousada  
Tel.: 255 913 305

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Guimarães  
Rua da Boavista, Quinta de Cima – Prazíns, 4801-910 Guimarães  
Tel.: 253 473 411

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Basto  
Praça Albino Alves Pereira, 4890-225 Celorico de Basto  
Tel.: 255 320 480

Associação de Agricultores de Ribadouro  
Av. Gen. Vitorino Laranjeira, Ed. Golfinho, Lj S, S. Gonçalo, 4600-018 Amarante  
Tel.: 255 431 403

Centro de Gestão Agrícola de Barcelos  
Rua Dr. José Ant.º Peixoto Machado, 400 BL. A, Loja 1, 4750-309 Barcelos  
Tel.: 253 824 543

Gabinete de Coordenação Regional de Trás-os-Montes  
Rua da Alegria, N.º 39 - 2º, 5050-256 Peso da Régua  
Tel.: 254 322 502

Assoc. para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria – Monteval  
Av. 22 de Maio, Lote 3, R/C, B.º Forte S. João de Deus, 5300-449 Bragança  
Tel.: 273 327 037

Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro  
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070-045 Alijó  
Tel.: 259 950 532

Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo  
Av. do Brasil, N.º 8, 1º, 5335-102 Rebordelo  
Tel.: 278 369 348

Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro  
Av. do Sabor, 41, Lote 2, 5200-204 Mogadouro  
Tel.: 279 341 650

Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em Saldanha  
R. Fonte do Paço, Ed. Maria da Fonte – 2º, Esc. 2,  
5340-268 Macedo de Cavaleiros  
Tel.: 278 425 756

Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em Alfândega da Fé  
Av. Sá Carneiro, 5350-005 Alfândega da Fé  
Tel.: 279 463 205

Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé  
Av. Eng.º Camilo Mendonça, N.º 287, 5350-001 Alfândega da Fé  
Tel.: 279 462 417

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alijó  
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070-045 Alijó  
Tel.: 259 950 042

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Armamar  
Praça da República, 18 – 1º, 5110-127 Armamar  
Tel.: 254 855 960

Centro de Gestão Agrícola da Beira Douro – Associação  
Rua Eng.º Joaquim Botelho Lucena, Ed. Vialva, Loja EO, 5000-586 Vila Real  
Tel.: 259 372 893

Gabinete de Apoio Agrícola  
Rua do Tribunal, Lote 6, R/C Dto., 5340-198 Macedo de Cavaleiros  
Tel.: 278 425 582

Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente  
Av. Inf. D. Henrique, Ed. Translândia 2º, Esc. 12, 5340-204 Macedo de Cavaleiros  
Tel.: 278 421 698

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Valpaços  
Largo da Feira, Ed. Sol Nascente, Loja 2, 5430 Valpaços  
Tel.: 278 711 421

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Macedo de Cavaleiros  
Rua Fonte do Paço, Ed. Translândia, R/C, Lj. 33, 5340-268 Macedo de Cavaleiros

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Sendim  
Rua do Baiunco, N.º 6 – 2º, 5225-100 Sendim

Associação de Fruticultores da Beira Távora  
Central da Camionagem, 3620-308 Moimenta da Beira  
Tel.: 254 583 771

## AJAMINHO

Mercado Municipal, Loja 30, 4990-102 Ponte de Lima

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Sendim  
Rua do Baiunco, N.º 6 – 2º, 5225 – 100 Sendim

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Barroso  
Junta de Freguesia de Ferral, 5470-122 Ferral

## CENTRO

Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior  
Av. 25 de Abril, 151, 6440-111 Figueira de Castelo Rodrigo  
Tel.: 271 312 139

Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral  
Centro Comercial e Residencial da Curia, Bloco O, Escritório 54, 3781-541 Tâmega  
Tel.: 231 525 315

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Castelo Branco  
Rotunda da Granja, Lote 161, R/C, 6000-762 Castelo Branco

Associação dos Jovens Agricultores do Interior Centro  
Av. Heróis de Castelo Rodrigo, Ed. do Ninho de Empresas, 6440-113 Figueira de Castelo Rodrigo  
Tel.: 271 313 250

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Nelas  
Av. da Liberdade, 3520-061 Nelas  
Tel.: 232 949 539

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Ansão  
Lugar de Lagoa Parada, 3240-673 Santiago da Guarda  
Tel.: 236 679 037

Cooperativa Agrícola da Beira Aguieira  
Ed. Centro de Inic. Empresariais, Pq. Ind. Manuel L. Ferreira, Lt. 12, 3450-232 Mortágua  
Tel.: 231 927 470

Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor de Anadia  
Rua da Gatanha, Monsarros, 3780-563 Vila Nova de Monsarros

## LISBOA E VALE DO TEJO

Gab. de Coordenação Reg. do Ribatejo e Oeste  
Largo Padre Francisco Nunes da Silva, N.º 3, R/C, 2000-134 Santarém  
Tel.: 243 371 222

Cooperativa Agrícola da Serra d'El Rei  
Rua 4 de Agosto, N.º 50, 2525-814 Serra d'El Rei  
Tel.: 262 909 426

Balcão Rural de Abrantes  
Rua D. Lopo de Almeida, Lote 81, R/C Dto., 2200-281 Abrantes  
Tel.: 241 366 806

Balcão Rural de Foros de Salvaterra  
Estrada Nacional N.º 114 - 3, N.º 918 - B,  
2120-209 Foros de Salvaterra  
Tel.: 263 501 500

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Alenquer  
Quinta de S. Paulo, Carapinha, 2580-377 Alenquer  
Tel.: 263 711 012

## ALENTEJO

Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo  
Bairro Novo da Bica, Edif. da Pré-Primária, 7940-104 Cuba  
Tel.: 284 414 140

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Mértola  
Casal Ventoso, Lote I-9, 7750 Mértola  
Tel.: 286 612 057

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel  
Rua da Amêndoa, N.º 13, 7470-230 Sousel  
Tel.: 268 551 458

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Borba  
Rua Convento das Servas, 7150-164 Borba  
Tel.: 268 841 547

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia  
Horta do Belhó, 7350-903 Elvas  
Tel.: 268 626 668

TAIPA – Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, CRL  
Travessa do Botequim, N.º 6, 7631-909 Odemira  
Tel.: 283 320 020

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Ferreira do Alentejo  
Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral  
7900-562 Ferreira do Alentejo

## ALGARVE

Gabinete de Coordenação Regional do Algarve  
Antiga Escola da Samba, Sítio de Lagos e Relvas,  
8005-496 Estoi  
Tel.: 289 994 515

FRUSOAL – Frutas Sotavento Algarve  
Sítio das Cevadeiras, EN 125, 8900-907 Vila Nova de Cacela,  
Tel.: 281 950 400

Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alvito  
Largo do Relógio, 25, 7920 – 022 Alvito